

# **Relatório de Gerenciamento de Riscos**

## CONTEÚDO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. MAPA DE RISCOS .....</b>	<b>4</b>
<b>3. PROCESSO E METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS .....</b>	<b>6</b>
Objetivo e Estratégias.....	6
Políticas de Gerenciamento de Riscos e Capital .....	6
Processo e Metodologia de Gerenciamento de Riscos .....	7
Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital .....	8
Comunicação Interna.....	11
<b>4. RISCO DE CRÉDITO .....</b>	<b>11</b>
Risco de Crédito da Contraparte.....	13
Análise e Concessão do Crédito.....	13
Mitigação do Risco de Crédito.....	14
Classificação do Risco de Crédito .....	14
Exposição do Risco de Crédito .....	15
<i>Por Setor Econômico.....</i>	<i>15</i>
<i>Por Prazo a Decorrer.....</i>	<i>16</i>
<i>Por Região Geográfica .....</i>	<i>16</i>
<i>Por Atraso.....</i>	<i>16</i>
<i>Por Tomador.....</i>	<i>17</i>
<i>Por Operações Baixadas para Prejuízo .....</i>	<i>18</i>
<i>Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa .....</i>	<i>18</i>
Cessão de Crédito.....	18
<i>Saldo das Operações Adquiridas.....</i>	<i>19</i>
Operações de Securitização, venda ou transferência de ativos financeiros .....	19
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA segmentado por Fator de Ponderação de Risco.....	20
Instrumentos Mitigadores .....	21
<b>5. RISCO DE MERCADO .....</b>	<b>22</b>
Processo de Gerenciamento de Risco de Mercado .....	23

Classificação da Carteira .....	24
Risco de Taxa de Juros e Ações .....	25
Exposição do Risco de Mercado de Derivativo por Fator de Risco .....	26
<b>6. RISCO LIQUIDEZ .....</b>	<b>27</b>
Processo de Gerenciamento de Risco Liquidez.....	28
Comunicação Interna.....	29
<b>7. RISCO OPERACIONAL .....</b>	<b>29</b>
Processo de Gerenciamento de Risco Operacional.....	29
Comunicação Interna.....	31
Análise de Risco Operacional .....	31
Gerenciamento de Continuidade de Negócios .....	31
Processo de Gerenciamento do Risco Socioambiental .....	33
<b>8. NOVO ACORDO DE CAPITAL DE BASILEIA .....</b>	<b>34</b>
Acordo Basileia II.....	34
Basileia III .....	35
Basileia no Brasil .....	36
Novo Acordo de Capital no Banco Bonsucesso.....	38
Gestão do Capital.....	38
<i>Processo de Adequação do Patrimônio de Referência .....</i>	<i>38</i>
<i>Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR).....</i>	<i>39</i>
<i>Detalhamento dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) .....</i>	<i>40</i>
<i>Acompanhamento do Índice de Basileia e Margem.....</i>	<i>41</i>
<i>Acompanhamento do Adicional de Capital Principal .....</i>	<i>43</i>
<i>Acompanhamento da Razão de Alavancagem.....</i>	<i>44</i>

## **1. INTRODUÇÃO**

O Banco Bonsucesso considera o gerenciamento de riscos e capital essencial para a continuidade do negócio e fortalecimento da instituição, pois possibilita o controle de todos os riscos envolvidos em sua operação (Risco de Crédito, Operacional, Mercado e Liquidez), e a melhor compreensão e identificação das exposições existentes. Além disso, a transparência na divulgação de informações, além de favorecer a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, fortalece a imagem da instituição no mercado financeiro.

Sendo assim, com o intuito de reafirmar o pressupostos citados anteriormente, o Banco Bonsucesso divulga através deste documento as informações relevantes para os interessados sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital, controles utilizados neste gerenciamento, e informações sobre cada um dos riscos com nível de detalhamento necessário para compreensão dos mesmos.

Este documento atende, também, as determinações do Banco Central do Brasil e a transparência do Pilar III da Basileia III.

## **2. MAPA DE RISCOS**

O Banco Bonsucesso está sujeito aos seguintes tipos de riscos:

<b>Risco de Crédito</b>	Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.  Abrange a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados ao negócio do Banco, definindo o nível de tolerância ao risco, a rentabilidade esperada, os tipos de operações, foco em setores econômicos e/ou regiões geográficas, expectativa de concentração dos vencimentos no curto, médio e longo prazos, mercados alvo, elegibilidade de garantias e nível de concentração.
-------------------------	---

<p><b>Risco de Mercado</b></p>	<p>Representa a possibilidade de ocorrência de perdas geradas pelas oscilações de taxas, índices e preços, devido ao descasamento entre as carteiras de ativos e passivos da instituição.</p> <p>O Grupo Bonsucesso gerencia o risco de mercado levando em consideração suas operações da carteira de negociação e atuação da Tesouraria, complementado pelo crédito destinado ao Middle Market.</p>
<p><b>Risco Operacional</b></p>	<p>São tratadas as possíveis perdas ocasionadas por falhas ou inadequação dos processos internos e por eventos externos, fraudes, danos, interrupção do negócio.</p> <p>O Banco Bonsucesso compreende que o Risco Operacional, juntamente com o Risco de Mercado, o Risco de Liquidez e o Risco de Crédito, constituem os principais tipos de riscos que afetam o setor bancário, e o fato de não serem riscos independentes, requer maior atenção em seu tratamento.</p>
<p><b>Risco de Liquidez</b></p>	<p>O risco de liquidez é um risco financeiro devido possibilidade da ocorrência de descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos que afetem a capacidade de pagamento da instituição. Este risco é ocasionado pela indisponibilidade de ativos da instituição para cumprimento das obrigações, inadimplências, dificuldades em liquidar os ativos, desvalorização dos ativos ocasionados pelas oscilações de taxas e índices.</p>
<p><b>Risco Socioambiental</b></p>	<p>O risco socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. O risco socioambiental deve ser identificado como um componente das diversas modalidades e risco a que as instituições financeiras estão expostas. Este risco está relacionado à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade que podem ser gerados pelos clientes da instituição.</p>

### **3. PROCESSO E METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

#### **Objetivo e Estratégias**

O Gerenciamento dos Riscos consiste em exercer um amplo controle dos riscos aos quais a organização esteja sujeita. Este controle compreende a identificação, mensuração, monitoramento e elaboração de reportes de riscos de forma a agregar valor à gestão do negócio, e possibilitar a análise e tomada de decisões proativas sobre os riscos, promovendo o crescimento, a rentabilidade e a sustentabilidade do negócio.

Para tanto, são desenvolvidos processos e ferramentas de mensuração e controle necessárias para proteger os Recursos Próprios da instituição, e permitir à Alta Administração o adequado tratamento do risco como um dos vetores de criação de valor, junto com o crescimento e a rentabilidade.

Desta forma, o Gerenciamento de Riscos busca, permanentemente, ser reconhecido pela habilidade em potencializar a relação risco versus retorno com a otimização do capital alocado.

#### **Políticas de Gerenciamento de Riscos e Capital**

As Políticas de Gerenciamento de Riscos e Capital do Banco Bonsucesso são estruturadas e reavaliadas anualmente. Além disso, são alinhadas com a estratégia e objetivo da Instituição, em consonância com exigências divulgadas pelos órgãos reguladores e às melhores práticas do mercado, possibilitando um crescimento sustentável e maior eficiência na gestão do capital.

As informações de Gestão de Risco e Capital têm por conceituação básica as funções de auxílio na tomada de decisão e na definição de novas estratégias para a gestão do negócio e o estabelecimento do limite de tolerância à exposição aos riscos bem como o atendimento aos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador para Basileia III.

As práticas de gestão de risco e capital em vigor hoje na Instituição são: Gestão de Capital, Gestão de Risco de Mercado, Liquidez, Crédito, Operacional, Sócio Ambiental e Continuidade do Negócio.

## Processo e Metodologia de Gerenciamento de Riscos

Buscando elevar a qualidade de gerenciamento dos riscos, o Banco Bonsucesso investe em ações e aquisições de novas ferramentas para gestão, capacitação do quadro de funcionários, criação de novos indicadores e relatórios, buscando, desta forma o aprimoramento contínuo dos seus processos de gestão. Com isso garante o foco necessário a estas atividades, proporcionando mais solidez e confiabilidade aos seus acionistas e investidores.



**Identificação** – Consiste em identificar os riscos potenciais e existentes nos processos, serviços, produtos, mercado e liquidez.

**Avaliação dos Riscos** – O processo de avaliação determina o impacto financeiro agregado que um determinado o risco identificado pode ter nos objetivos estratégicos e táticos do Banco Bonsucesso. A Instituição possui um Comitê de Liquidez, Capital e Risco para avaliação do Risco de Mercado, Liquidez, Crédito e Gestão do Capital, Comitê Executivo de Crédito para análise do Crédito e classificação dos ratings e Comitê Executivo de Risco Operacional para avaliação do Risco Operacional.

**Gerenciamento dos Riscos** – Após os riscos serem identificados e avaliados, são analisados os procedimentos para sua mitigação quando o risco está acima do desejável. Sendo que a mitigação pode ser realizada por hedges, garantias, transferência de risco e etc., conforme o tipo de risco identificado.

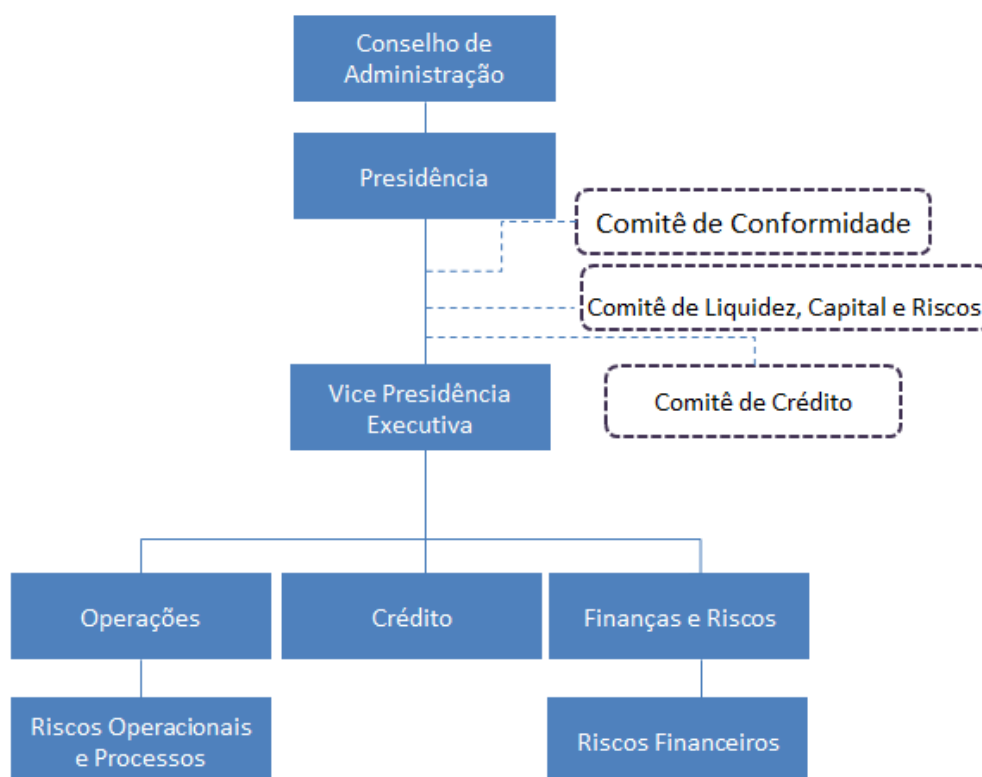
**Monitoramento** - O Banco Bonsucesso gerencia seu perfil de risco monitorando ativamente sua exposição. Para cada tipo de risco são monitorados os limites estabelecidos em normas e políticas, as variações, o mercado, e caso seja necessária, poderá ser feita uma reavaliação das ações mitigadoras.

**Reportes** – Trata-se não somente dos reportes para os órgãos reguladores, mas principalmente, os reportes gerenciais internos que demonstram as análises dos riscos para o Comitê responsável.

## **Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital**

A Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital visa permitir que o processo de gestão de riscos ocorra de forma eficiente e conforme os objetivos da gestão, envolvendo as áreas responsáveis e os Comitês, da identificação aos reportes dos riscos. Segue abaixo o organograma da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital no Banco Bonsucesso.





E possuem as seguintes atribuições:

**Conselho de Administração:** Cabe ao Conselho de Administração estar ciente e referendar as decisões tomadas no Comitê de Gestão de Liquidez, Capital e Risco, e demais comitês existentes na instituição; avaliar relatório de gerenciamento de capital, a ser divulgado no site do Banco Bonsucesso bem como o seu resumo que deverá ser publicado juntamente com as demonstrações contábeis;

**Presidência e Vice-Presidência:** É responsável por avaliar e aprovar as decisões das diretorias de Riscos Financeiros e Riscos Operacionais;

**Crédito:** É responsável por atualizar e divulgar as normas e políticas e crédito; realizar a análise e concessão de crédito para o segmento Middle Market; realizar a gestão de garantias empregadas nas operações em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelas políticas;

**Diretoria de Finanças e Riscos:** É responsável por acompanhar e analisar os relatórios gerenciais de riscos financeiros e gestão de capital; garantir recursos suficientes para viabilizar uma estrutura de gerenciamento de riscos financeiros adequada e efetiva; avaliar e aprovar as revisões das políticas e normas de riscos financeiros e de gestão de capital; assegurar que acultramento do riscos seja

amplamente realizado por toda organização; além disso, a Diretoria de Finanças e Risco é responsável perante o Banco Central do Brasil sobre quaisquer assuntos relacionados à gestão de risco de mercado, liquidez, crédito e gestão do capital;

**Diretoria Operações:** É responsável por aprovar e fazer cumprir a norma de gerenciamento de risco operacional; atender perante o Banco Central do Brasil sobre qualquer assunto relacionado a Gestão de Risco Operacional conforme Resolução 3.380/2006; assegurar que acultramento do Risco Operacional seja amplamente realizado por toda organização; garantir que todos os processos críticos da organização tenham sido mapeados; acompanhar o status do mapeamentos e planos de ação; deliberar sobre a alocação de recursos;

**Gerência de Riscos Financeiros:** É responsável por implementar e revisar as normas e o controle dos limites operacionais definidos pelo Comitê de Gestão de Liquidez, Capital e Risco, executar as rotinas de gerenciamento de risco de mercado, liquidez, crédito e gestão de capital, avaliar periodicamente a adequação dos procedimentos e dos sistemas informatizados, analisar os riscos e as necessidades de adequação dos procedimentos e dar suporte técnico ao Comitê de Gestão de Liquidez, Capital e Risco. É responsável por promover a disseminação do conhecimento do gerenciamento de capital e riscos para o Comitê de Gestão de Liquidez, Capital e Riscos bem como para o Conselho de Administração.

**Gerência de Riscos Operacionais e Processos:** É responsável por garantir a implementação do processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos operacionais associados ao conglomerado financeiro bem como dos riscos operacionais e socioambiental associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro definido na Resolução 2.723/2000 do Banco Central do Brasil;

**Comitê de Liquidez, Capital e Risco:** Definir as normas e limites operacionais da instituição, analisar as informações e relatórios gerenciais divulgados pela Gerência de Riscos Financeiros, definir acerca da entrada de novos produtos e negócios, bem como deliberar sobre o tratamento a ser dado às exposições aos riscos. Apreciar, aprovar e encaminhar política, Plano de Capital, relatórios de acesso públicos, estratégias da gestão de capital ao Conselho de Administração;

**Comitê de Crédito:** Definir e aprovar critérios e procedimentos a serem adotados na concessão de crédito ao segmento Bonsucesso Empresarial, de acordo com o risco do negócio. O Comitê de Crédito é dividido em três níveis: Comitê Local, Comitê Pleno e Comitê Executivo/Superior de Crédito. A atuação do Comitê irá depender da alçada necessária para aprovação da concessão de crédito de prazo da operação, nível da garantia e valor a ser concedido de crédito.

**Comitê de Conformidade:** Supervisionar a área de Risco Operacional assessorando a Presidência e Vice-Presidência no desempenho de suas atribuições; aprovar instrumentos que assegurem a mitigação dos riscos operacionais de forma eficaz;

## Comunicação Interna

O monitoramento e a comunicação dos riscos são realizados através de:

- Indicadores.
- Relatórios gerenciais cuja estrutura e a periodicidade são determinadas conforme o risco abordado, que será tratado de forma detalhada posteriormente.

O reporte da exposição ao risco é realizado via estrutura de Comitês, assegurando que as políticas sejam implementadas e seguidas, bem como as estratégias e objetivos da instituição.

## 4. RISCO DE CRÉDITO

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, a reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação.

Visando atender continuamente aos requerimentos regulatórios do Acordo Basiléia III, da Resolução 3.721 e manter um ambiente de controles internos atualizados e monitorados, o Banco Bonsucesso aplica diretrizes e práticas de gerenciamento de risco de crédito que também:

- ✓ Fortalecem o seu negócio, uma vez que o crédito é a vocação do Banco;
- ✓ Viabilizam a missão e visão da Organização e reforçam seus princípios.

A Gestão do Risco de Crédito no Banco Bonsucesso é constituída de uma estrutura que possibilita a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação do risco de crédito associado às operações

classificadas nas carteiras On-Balance – operações classificadas como de negociação ou não e Off-Balance.

Carteira On Balance	Operações próprias	Operações transferidas com retenção substancial de riscos e benefícios para outras instituições financeiras após a Resolução 3.533.
Carteira Off Balance	Operações transferidas com coobrigação para outras instituições financeiras antes da Resolução 3.533.	

As diretrizes são estabelecidas na Política de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bonsucesso, que tem como objetivo instituir práticas comuns para o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito em consonância com a estratégia do negócio e a complexidade dos produtos da organização, observando ainda a conformidade dos critérios de atribuição de rating e de reconhecimento de receita, de acordo com os requisitos determinados na Resolução 2.682/1999 e as regulamentações legais sobre o tema, especialmente a Resolução 3.721/09.

Sabendo que o risco de crédito é inerente ao negócio do Banco Bonsucesso, a Gerência de Riscos monitora continuamente as posições de risco por meio de modelos e metodologias que permitam sua identificação e controle, com o acompanhamento do desempenho da carteira, da inadimplência, das despesas de provisão, da mitigação do risco de crédito (análise das garantias e tipos de garantias), e da recuperação de prejuízo dentre outros indicadores, objetivando manter a exposição compatível com a estratégia de negócio da instituição.

## Comunicação Interna

Os indicadores de performance e risco são reportados à Alta Administração através de relatórios mensais e trimestrais contendo análises de atraso e inadimplência, distribuição da carteira por rating, concentração geográfica, distribuição por faixa de atraso, análises setoriais e reportes de possíveis defaults. Nesses painéis são apresentados ainda testes de estresse que avaliam a capacidade de resiliência da organização em cenários adversos.

O principal objetivo dos relatórios de risco de crédito é permitir a avaliação da qualidade e nível de risco da carteira de ativos da instituição, viabilizando um monitoramento constante do risco, de forma que,

atenda a estratégia do Banco Bonsucesso em conceder créditos seguros, bem como pela habilidade em potencializar a relação risco versus retorno.

## **Risco de Crédito da Contraparte**

O risco de crédito da contraparte é entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos.

No momento da concessão do crédito, o Banco adota práticas de análise do perfil de risco das contrapartes baseadas em modelos internos de atribuição de *rating*, devidamente direcionada na Política de Análise e Concessão de Crédito. Nos casos de operações de Tesouraria, a adoção de ratings externos é prática essencial para viabilizar a mensuração do risco de crédito sem restringir a realização das operações no momento mais adequado para a instituição.

## **Análise e Concessão do Crédito**

A Concessão do Crédito atende as diretrizes e objetivos estabelecidos pelo Comitê Executivo de Crédito, assim como obedece às políticas e normas internas e dos órgãos reguladores garantindo o cumprimento da estratégia da Instituição e minimizando os riscos inerentes ao negócio.

O processo de aprovação do crédito está centralizado na Matriz em Belo Horizonte.

O segmento de Middle Market mantém Superintendências Comerciais regionalizadas a saber: Matriz – Estado de MG, Superintendência SP, responsáveis pela prospecção de clientes e todo o processo de proposição de novos negócios. A análise do crédito considera variáveis como: o porte do cliente, segmento, situação econômico-financeira, o conglomerado, a capacidade de honrar seu crédito, a performance deste cliente em outros créditos, a área de atuação e ambiente externo.

As políticas de crédito determinam as alçadas, os limites e as funções dos comitês no processo de análise e concessão do crédito.

Os Comitês definem todos os parâmetros da aprovação (valores, prazos, validade e garantias exigidas), e, somente eles, dentro das alçadas competentes, podem alterar as condições propostas

inicialmente. Os comitês de créditos estão estruturados em: Comitê Local, Comitê Pleno e Comitê Executivo/Superior de Crédito.

## **Mitigação do Risco de Crédito**

As políticas de crédito determinam quais garantias são aceitáveis na concessão dos créditos para cada tipo de operação. As garantias, se consideradas como colaterais, reduzem a exposição ao risco do cliente podendo mitigar o risco e fortalecer a decisão da concessão do crédito.

Após a análise do crédito que já avaliou entre outras variáveis, porte, segmento, situação econômico-financeira, conglomerado, capacidade de honrar crédito, performance em outros créditos, área de atuação e setor, determina-se qual deve ser o percentual exigido de garantia e tipos de garantias aceitáveis para a solicitação de crédito de um dado cliente.

As garantias utilizadas para mitigação de risco podem ser aplicação financeira, alienação fiduciária de veículos, alienação fiduciária de máquina, alienação de imóveis, recebíveis performados, cheques, duplicatas, notas promissórias entre outros.

O monitoramento da cobertura das garantias é realizado por meio de Relatórios Gerenciais mensais e trimestrais elaborados pela área de Riscos, objetivando indicar a área Comercial e a Alta Administração o % de cobertura para cada tipo de crédito.

## **Classificação do Risco de Crédito**

O Banco Bonsucesso segue as determinações contidas na Resolução 2.682 do CMN, para Classificação de suas Operações de Crédito, adotando para os créditos até R\$ 29.999,99 o critério de atrasos.

Para os clientes com operações de crédito cujo saldo devedor seja superior à R\$ 29.999,99, o Banco desenvolveu um Modelo de Classificação inicial de Risco de Crédito próprio, além de observar o disposto na Resolução 2.682. Esta classificação é revisada mensalmente pelo critério de atraso – Resolução 2.682 – e, no mínimo semestralmente pelos critérios internos, do modelo interno.

## Exposição ao Risco de Crédito

As exposições totais e médias de Risco de Crédito do Banco Bonsucesso – operações de crédito, compromissos de crédito não canceláveis incondicional e unilateralmente pela instituição, avais, fianças e coobrigações – são demonstradas abaixo:

### Instituição Financeira Individual

R\$ mil				
Tipo de Exposição	Dezembro/2016	Setembro/2016	Junho/2016	Março/2016
<b>Pessoa Física</b>	<b>85.677</b>	<b>111.126</b>	<b>144.545</b>	<b>165.377</b>
Cartão de crédito, incluindo limites	-	-	1.286	1.415
Imobiliário	164	168	-	-
Veículos e arrendamento mercantil	14.209	17.989	20.891	23.220
Empréstimo consignado	71.304	92.969	122.176	140.530
Outros	-	-	192	212
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>204.123</b>	<b>116.055</b>	<b>96.283</b>	<b>100.069</b>
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	191.669	107.473	95.699	98.963
Outros	12.454	8.582	584	1.106
<b>Total Exposição(*)</b>	<b>289.800</b>	<b>227.181</b>	<b>240.828</b>	<b>265.446</b>
<b>Média do Trimestre</b>	<b>262.133</b>	<b>229.484</b>	<b>265.173</b>	<b>302.244</b>

(\*) Operações de crédito, compromissos e coobrigações.

### Por Setor Econômico

No quadro a seguir demonstramos as exposições totais, segmentadas por setor econômico e tipo de exposição do risco:

### Instituição Financeira Individual

	Dezembro/2016							Setembro/2016	Junho/2016	Março/2016
	Comércio	Corretor de imóveis, seguros, títulos e valores	Financeira	Indústria	Pessoa Física	Outros serviços	Total Geral	Total Geral	Total Geral	
<b>Pessoa Física</b>	-	-	-	-	<b>85.677</b>	-	<b>85.677</b>	<b>111.126</b>	<b>144.545</b>	<b>165.377</b>
Cartão de crédito, incluindo limites	-	-	-	-	-	-	-	-	1.286	1.415
Imobiliário	-	-	-	-	164	-	164	168	-	-
Veículos e arrendamento mercantil	-	-	-	-	14.209	-	14.209	17.989	20.891	23.220
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	192	212
Empréstimo Consignado	-	-	-	-	71.304	-	71.304	92.969	122.176	140.530
<b>Pessoa Jurídica</b>	-	-	-	<b>9.938</b>	<b>42</b>	<b>194.143</b>	<b>204.123</b>	<b>116.054</b>	<b>96.283</b>	<b>100.069</b>
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	-	-	-	5.303	-	186.366	191.669	107.472	95.699	98.963
Outros	-	-	-	4.635	42	7.777	12.454	8.582	584	1.106

(\*) Operações de crédito, compromissos e coobrigações.

## Por Prazo a Decorrer

No quadro a seguir demonstramos as exposições totais, segmentadas de acordo com o prazo a decorrer das mesmas:

### *Instituição Financeira Individual*

R\$ mil

Tipo de Exposição	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Pessoa Física</b>	<b>5.018</b>	<b>14.421</b>	<b>28.895</b>	<b>18.471</b>
Cartão de crédito, incluindo limites	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-
Veículos e arrendamento mercantil	11	667	5.624	4.693
Empréstimo consignado	5.007	13.754	23.271	13.778
Outros	-	-	-	-
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>123.636</b>	<b>19.150</b>	<b>28.365</b>	<b>58.819</b>
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	117.859	11.929	27.722	54.825
Outros	5.777	7.221	643	3.994

(\*) Operações de crédito, compromissos e coobrigações.

## Por Região Geográfica

Abaixo seguem as informações para as exposições totais segmentadas por região geográfica e por tipo de exposição do risco:

### *Instituição Financeira Individual*

R\$ mil

	Dezembro/2016						Setembro/2016	Junho/2016	Março/2016
	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Total Geral	Total Geral	Total Geral	
<b>Pessoa Física</b>	<b>12.428</b>	<b>46.171</b>	<b>6.161</b>	<b>14.979</b>	<b>5.938</b>	<b>85.677</b>	<b>111.127</b>	<b>144.547</b>	<b>165.378</b>
Cartão de crédito, incluindo limites	-	-	-	-	-	-	-	1.287	1.415
Imobiliário	-	164	-	-	-	164	168	-	-
Veículos e arrendamento mercantil	-	13.723	-	486	-	14.209	17.990	20.891	23.221
Outros	-	-	-	-	-	-	-	192	212
Empréstimo Consignado	12.428	32.284	6.161	14.493	5.938	71.304	92.969	122.177	140.530
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>-</b>	<b>204.123</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>204.123</b>	<b>116.055</b>	<b>96.283</b>	<b>100.069</b>
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	-	191.669	-	-	-	191.669	107.473	95.699	98.963
Outros	-	12.454	-	-	-	12.454	8.582	584	1.106

(\*) Operações de crédito, compromissos e coobrigações.

## Por Atraso

Abaixo seguem as informações para as operações de crédito, compromissos e coobrigações em atraso, segregadas por Setor Econômico:



*Instituição Financeira Individual*

R\$ mil

Dezembro/2016							
	Indústria	Comércio	Outros Serviços	Financeira	Corretor de imóveis, seguros, títulos e valores	Pessoa Física	Total Geral
Atraso entre 15 e 60 dias	-	-	4.252	-	-	6.308	10.560
Atraso entre 61 e 90 dias	-	-	-	-	-	9.479	9.479
Atraso entre 91 e 180 dias	-	-	1	-	-	1.920	1.921
Atraso entre 181 e 360 dias	-	-	204	-	-	3.030	3.234
Atraso acima de 360	-	-	-	-	-	1.698	1.698

E informações de operações de crédito, compromissos e cobrigações em atraso, segmentadas por Região Geográfica:

*Instituição Financeira Individual*

R\$ mil

Dezembro/2016						
	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Total Geral
Atraso entre 15 e 60 dias	462	13.164	49	45	11	13.731
Atraso entre 61 e 90 dias	228	1.642	12	34	5	1.921
Atraso entre 91 e 180 dias	293	2.271	64	575	32	3.234
Atraso entre 181 e 360 dias	326	6.985	153	501	41	8.006
Atraso acima de 360	27	142	44	77	12	303

**Por Tomador**

A seguir são demonstrados os níveis de concentração dos maiores tomadores distribuídos em 10 maiores, 20 maiores, 50 maiores e 100 maiores:

*Instituição Financeira Individual*

Cientes	Dezembro/2016	Setembro/2016	Junho/2016	Março/2016
10 Maiores	41,50%	31,89%	25,57%	24,65%
20 Maiores	55,79%	46,76%	36,41%	36,43%
50 Maiores	71,74%	56,01%	45,31%	42,37%
100 Maiores	75,18%	59,15%	48,35%	45,20%
Demais	24,82%	40,85%	51,65%	54,80%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

## **Por Operações Baixadas para Prejuízo**

Abaixo seguem as informações para o fluxo das operações baixadas para prejuízo:

### *Instituição Financeira Individual*

	<i>R\$ mil</i>			
Fluxo das operações baixadas para prejuízo no trimestre	Dezembro/2016	Setembro/2016	Junho/2016	Março/2016
Indústria	3	1	6	3
Comércio	0	0	0	0
Intermediários financeiros	0	0	0	0
Outros Serviços	1.471	436	3.470	1.416
Pessoa física	1.280	379	3.019	1.232
<b>Total do Trimestre</b>	<b>2.754</b>	<b>816</b>	<b>6.495</b>	<b>2.651</b>

## **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa**

Abaixo seguem as informações para a provisão para crédito de liquidação duvidosa:

### *Instituição Financeira Individual*

	<i>R\$ mil</i>			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Dezembro/2016	Setembro/2016	Junho/2016	Março/2016
	26.810	33.526	32.646	43.809

*(\*) Operações de crédito, compromissos e coobrigações*

## **Cessão de Crédito**

A cessão de uma operação de crédito é a negociação dessa operação entre duas partes, seja através da venda ou da transferência dessa operação.

As cessões de crédito para outros bancos são, na grande maioria, cessão com coobrigação, ou seja, o Banco Bonsucesso transfere à outra instituição o direito do recebimento, porém existe a retenção do risco, conforme definido no “Manual de Informações de Negociação de Operações Documentos 3020/3030” do BACEN: “a coobrigação é um dos tipos de retenção de risco que um cedente pode assumir, caracterizada pela responsabilidade de pagar ou de substituir o crédito cedido em caso de inadimplência do tomador ou outras situações previstas no contrato de cessão.”.

As cessões de crédito para outros bancos eram as fontes de captação do Banco Bonsucesso. No entanto, após a parceria estratégica realizada com o Banco Santander Brasil, que resultou na criação

do Olé Consignado S.A., o Banco Bonsucesso procurou uma adequação de seu passivo à nova necessidade de funding, que foi reduzida pela cessão da carteira de crédito consignado.

Abaixo seguem as informações quanto ao fluxo de exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios, onde podemos observar que o Banco Bonsucesso não possui mais este tipo de operação:

***Instituição Financeira Individual***

<i>R\$ mil</i>				
Saldo das Exposições Cedidas com Coobrigação				
Tipo de Cessionário	Dezembro/2016	Setembro/2016	Junho/2016	Março/2016
Instituições Financeiras	-	-	-	561
FIDC	-	-	-	-
SPE	-	-	-	-
Securitizadoras	-	-	-	-

Quanto às informações das exposições cedidas sem retenção substancial dos riscos e benefícios, o Banco Bonsucesso não possui mais este tipo de exposição. O saldo destas exposições foi finalizado em Março/2015.

Abaixo seguem as informações e valores das operações cedidas com coobrigação que estão registradas em contas de compensação, e não no ativo:

***Instituição Financeira Individual***

<i>R\$ mil</i>				
Saldo das operações cedidas registradas em conta de compensação	Dezembro/2016	Setembro/2016	Junho/2016	Março/2016
	-	-	-	565

**Saldo das Operações Adquiridas**

No primeiro trimestre de 2015, o Banco Bonsucesso finalizou os saldos remanescentes das carteiras que adquiriu do sistema financeiro.

**Operações de Securitização, venda ou transferência de ativos financeiros**

O Banco Bonsucesso possuía em sua carteira títulos e valores mobiliários oriundos de processo de securitização constituídos de cotas de fundos de investimentos FIDC's. Estes FIDC's se referiam a cotas subordinadas que deveriam ser mantidas em carteira até os respectivos prazos de resgate, estabelecidos nos regulamentos dos Fundos.

Em Junho de 2014, foi finalizado o processo de recompra das cotas destes FIDC's, sendo assim encerradas as atividades operacionais do Bonsucesso FIDC.

Em 2014, o Bonsucesso anunciou uma joint venture com o Santander Brasil, para a formação de um novo Banco especializado em Crédito Consignado – Banco Olé Consignado. O objetivo desta parceria foi unir o conhecimento e a rede de relacionamento do Bonsucesso com a força e solidez financeira do Santander. O Olé Consignado se tornou operacional na proporção de 60% Santander e 40% Bonsucesso em fevereiro de 2015. Desta forma, grande parte da carteira de crédito consignado do Bonsucesso foi vendida para o Banco Olé Consignado. Abaixo, segue o resumo do montante total de venda da carteira.

#### *Instituição Financeira Individual*

<i>R\$ mil</i>				
<b>Saldo das Operações de Crédito Vendidas</b>				
<b>Tipo de Comprador</b>	<b>Dezembro/2016</b>	<b>Setembro/2016</b>	<b>Junho/2016</b>	<b>Março/2016</b>
Instituições Financeiras	22.923	56.725	175.286	157.167

### **Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA segmentado por Fator de Ponderação de Risco**

A seguir, serão apresentadas as informações quanto à alocação de capital segmentada por FPR:

**Instituição Financeira Individual**

*R\$ mil*

RWAcpad	Dezembro/2016	Setembro/2016	Junho/2016	Março/2016
FPR 0%	-	-	-	-
FPR 2%	21	41	102	82
FPR 20%	2.587	2.667	570	482
FPR 35%	-	-	-	-
FPR 50%	8.877	9.303	9.369	11.575
FPR 75%	6.332	7.626	9.540	14.306
FPR 85%	3.165	676	1.797	1.211
FPR 100%	70.172	56.409	45.265	52.229
FPR 150%	-	-	-	-
FPR 250%	6.756	8.598	8.569	5.489
FPR 300%	2.859	2.652	6.002	6.695
FPR 1012,65%	9.522	9.673	8.865	24.165
FPR -35%	-	-	-	-
FPR -50%	-	-	-	-
FPR -100%	-	-	-	-
FPR -300%	-	-	-	-
<b>CVA - Variação da Qualidade Creditícia da Contraparte</b>	<b>8.680</b>	<b>9.390</b>	<b>7.929</b>	<b>8.019</b>
<b>Total de Exposição</b>	<b>118.971</b>	<b>107.036</b>	<b>98.008</b>	<b>124.253</b>

\* RWAcpad = RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada

## Instrumentos Mitigadores

O Instrumento Mitigador possibilita a redução da exposição a qual está sujeita o crédito, conforme o instrumento utilizado como garantia e o crédito concedido.

São considerados instrumentos mitigadores de risco de crédito:

- Aval, fiança ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal e coobrigação em cessão de créditos;
- Derivativos de crédito em que a instituição atue como contraparte transferidora do risco;
- Acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Resolução 3.263, de 24 de Fevereiro de 2005;

- Depósitos à vista, depósitos a prazo, letras financeiras de emissão própria, depósitos de poupança, em ouro ou em títulos públicos federais;
- Repasses de descontos em folha de pagamento ou em benefícios de aposentadoria e pensão de morte, realizados por instituições governamentais federais do poder legislativo, executivo, judiciário ou pelo Ministério Público da União.

A Circular 3.644/13 estabelece os critérios e FPR específicos para cada situação. Abaixo seguem as informações quanto à alocação de capital segmentada por FPR:

*Instituição Financeira Individual*

Tipo de Mitigador	FPR do Mitigador	Exposição Mitigada				R\$ mil
		Dezembro/2016	Setembro/2016	Junho/2016	Março/2016	
Depósitos mantidos na própria instituição*	0%	159.693	78.728	190.255	267.990	

\* Depósitos a vista, depósitos a prazo, depósitos de poupança, em ouro ou em títulos públicos federais.

## 5. RISCO DE MERCADO

Entende-se como risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do grupo, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, taxas de juros, preços das ações e preços das mercadorias (commodities).

A política do Grupo Bonsucesso para o gerenciamento do risco de mercado leva em consideração suas operações da carteira de negociação complementadas pelo crédito destinado ao Middle Market, e sua atuação da Tesouraria – a aplicação do caixa excedente dentro de limites pré-estabelecidos, conforme definições do Comitê de Gestão da Capital, Liquidez e Riscos. Além de considerar os contratos de crédito consignado que não foram transferidos para a Joint Venture.

A estrutura é composta por dois níveis hierárquicos, com diferentes atribuições e responsabilidades: Comitê de Gestão da Liquidez, Capital e Risco / Gerência de Riscos.

A Gerência de Riscos do Banco Bonsucesso, subordinada à Diretoria Executiva de Finanças e Riscos é, nos termos da Resolução 3.464/07 do CMN, a unidade responsável pelo gerenciamento de risco de

mercado do Grupo Bonsucesso, como um todo, e de cada uma de suas empresas, assim como pela identificação e acompanhamento do risco de mercado das empresas não financeiras integrantes.

Os modelos de medição de riscos, no caso da carteira de negociação, são aqueles definidos nos normativos do CMN e do BACEN. No caso da carteira banking, para todos os fatores de risco é efetuado o cálculo do VaR diário através de modelo paramétrico.

## **Comunicação Interna**

A Carteira de Negociação é acompanhada diariamente através de relatório gerencial no qual é monitorado o cumprimento dos limites estabelecidos na Política de Tesouraria da Instituição. Quando a exposição atinge o limite pré-estabelecido é enviado um e-mail às áreas responsáveis e para o Comitê de Gestão da Liquidez, Capital e Risco para alerta e acompanhamento bem como para a tomada de medidas cabíveis para redução da exposição quando necessário.

Além do relatório diário, são elaborados os relatórios de Risco de Mercado (periodicidade - trimestral) e Análise de Capital (periodicidade - mensal), que são encaminhados ao Comitê de Gestão da Liquidez, Capital e Risco, contendo as informações da Carteira Banking e de Negociação.

No Relatório de Risco de Mercado são tratados os fluxos de caixas por indexador e tipo de produto, os descasamentos, e avaliadas as mitigações criadas para hedge das transações.

Na Análise de Capital são identificadas as parcelas de risco de mercado alocadas conforme Circulares 3.637/13, 3.635/13, 3.636/13, 3.638/13, 3.639/13, 3.641/13.

## **Processo de Gerenciamento de Risco de Mercado**

O processo é suportado por sistema informatizado, cujas principais funções são:

- A captura das posições em todos os fatores de risco relevantes – tanto das operações incluídas na carteira de negociação, quanto das demais – carteira banking – diretamente dos sistemas legados (basicamente, sistemas que controlam os produtos de ativos e de passivos);

- A busca das informações de valores de mercado diretamente dos sites dos órgãos fornecedores, tais como ANBIMA, BACEN, CETIP e BM&F;
- O cálculo do valor em risco e das parcelas de patrimônio de referência exigido para cada fator de risco de mercado;
- A geração automática de arquivos a serem transmitidos aos órgãos supervisores;
- A emissão de relatórios diários e mensais de controle e de acompanhamento gerencial.

## Classificação da Carteira

O Banco Bonsucesso possui a maior parte da carteira como *Banking*, e uma pequena parte como *Trading*. Para as novas operações passíveis de classificação, são identificadas aquelas com a intenção de negociação.

Para avaliação do risco de mercado utilizamos a metodologia do VaR. O VaR (Value at Risk) mede, sob condições normais de mercado, a máxima perda esperada de um portfólio, com um certo grau de confiança, para um dado horizonte de tempo. O VaR resume em um único número a máxima perda esperada pela empresa, além de agregar todos os descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

É realizado o acompanhamento do VaR diário utilizando os seguintes parâmetros:

- Modelo: paramétrico;
- Distribuição: normal;
- Intervalo de confiança: 99%
- Modelo de volatilidade: variância;
- Período: 10 dias.

Além disso, mensalmente, são identificados os descasamentos de ativos e passivos separados por tipo de carteira (*banking* ou negociação), fator de risco e prazo.

A eficácia do modelo probabilístico utilizado no cálculo do VaR é comprovada pelo teste de aderência da carteira, onde são considerados ganhos e perdas hipotéticos considerando o VaR diário. É importante ressaltar que o número de desvios do limite estabelecido de VaR deve ser compatível com a hipótese de intervalo de confiança de 99%, para uma janela de 252 dias úteis.

O teste de aderência com intervalo de confiança de 99% e 252 dias úteis apresentou apenas uma falha em relação aos resultados efetivos e hipotéticos para o período analisado, comprovando assim a confiabilidade do modelo utilizado.



## **Risco de Taxa de Juros e Ações**

O risco de taxa de juros é a perda potencial associada a variações no mercado sobre os descasamentos de indexadores, prazos e entre aplicações e captações.

O acompanhamento da carteira pré-fixada é realizado através de análises diárias do movimento da taxa de juros e, caso haja uma movimentação inesperada, é convocado o Comitê de Gestão da Liquidez, Capital e Risco para deliberar sobre a situação.

Para avaliações trimestrais são gerados relatórios nos quais são identificados e analisados os descasamentos por fator de risco, possibilitando um acompanhamento de todo o fluxo, agrupados por ativos e passivos e o consolidado do Banco Bonsucesso.

Trimestralmente são realizados testes de *stress*, que estimam a variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação. Tais testes têm como objetivo a utilização de um choque compatível com o 1º e 99º percentil. Os testes também estimam a quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros, necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação, correspondente a 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência.

O Risco de Ações do Banco Bonsucesso é calculado conforme Circular 3.638/13 e a alocação cumpre as determinações regulatórias. Porém, cabe observar que, para derivativos (opções e termos), o Banco Bonsucesso não opera em descoberto, reduzindo potencialmente o risco inerente da operação.

O Banco Bonsucesso não possui depósitos de poupança e o volume de depósitos à vista é inexpressivo em comparação com o volume total das operações. Desta forma não são realizadas premissas para estes tipos de operações.

### **Risco da taxa de juros na carteira de não negociação**

Para a avaliação do risco da taxa de juros na carteira de não negociação utiliza-se da metodologia de marcação a mercado dos produtos, verificando a sensibilidade dos mesmos às variações das taxas de juros.

A tabela abaixo mostra a sensibilidade do valor das posições da carteira de não negociação a mudanças nas curvas de juros.

Valores em R\$ mil

Carteira Banking	Exposições	Em 31/12/2016 (*)		
		Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(13)	(3.453)	(6.643)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	-	-	-
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	92	(2.306)	(4.611)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(415)	(44.149)	(68.057)
Demais	Demais fatores de risco	(16.656)	(16.470)	(31.202)
<b>TOTAL SEM CORRELAÇÃO</b>		<b>(16.991)</b>	<b>(66.378)</b>	<b>(110.512)</b>
<b>TOTAL COM CORRELAÇÃO</b>		<b>(16.886)</b>	<b>(40.930)</b>	<b>(76.168)</b>

(\*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

Para fins de mensuração da sensibilidade, foram utilizados os seguintes cenários:

- Cenário I: Acréscimo de um ponto básico nas curvas de juros prefixados, cupom cambial, e índice de preços, e 1% nos preços de moedas e ações, que tem como base as informações com data base de 30/12/2016, divulgadas pelo mercado (BM&F Bovespa, Anbima, etc.);
- Cenário II: Choques de mais e menos 25%, com base nas informações do mercado para a data base de 30/12/2016, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;
- Cenário III: Choques de mais e menos 50%, com base nas informações do mercado para a data base de 30/12/2016, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

## Exposição do Risco de Mercado de Derivativo por Fator de Risco

Abaixo seguem as informações quanto às exposições de Risco de Mercado segmentadas por Fator de Risco e posições vendidas e compradas de derivativos:

### *Instituição Financeira Individual*

Em 31 de Dezembro de 2016 - R\$ mil

Fator de Risco	Mercado	Comprado	Vendido	Valor Líquido
Taxa de Juros	Balcão	203.278	-	203.278
	Bolsa	50.687	2.098	48.589
Câmbio	Balcão	203.278	-	203.278
	Bolsa	2.098	44.256	(42.158)
Preço Ações	Balcão	-	-	-
	Bolsa	-	-	-

**Instituição Financeira Individual**

Em 30 de Setembro de 2016 - R\$ mil

Fator de Risco	Mercado	Comprado	Vendido	Valor Líquido
Taxa de Juros	Balcão	233.088	-	233.088
	Bolsa	57.321	884	56.437
Câmbio	Balcão	233.088	-	233.088
	Bolsa	884	57.321	(56.437)
Preço Ações	Balcão	-	-	-
	Bolsa	-	-	-

**Instituição Financeira Individual**

Em 30 de Junho de 2016 - R\$ mil

Fator de Risco	Mercado	Comprado	Vendido	Valor Líquido
Taxa de Juros	Balcão	221.510	-	221.510
	Bolsa	40.083	75.300	(35.217)
Câmbio	Balcão	221.510	-	221.510
	Bolsa	1.782	39.688	(37.906)
Preço Ações	Balcão	-	-	-
	Bolsa	-	-	-

**Instituição Financeira Individual**

Em 31 de Março de 2016 - R\$ mil

Fator de Risco	Mercado	Comprado	Vendido	Valor Líquido
Taxa de Juros	Balcão	260.163	-	260.163
	Bolsa	12.666	4.270	8.396
Câmbio	Balcão	260.163	-	260.163
	Bolsa	4.270	12.666	(8.396)
Preço Ações	Balcão	-	-	-
	Bolsa	-	-	-

## 6. RISCO LIQUIDEZ

O Risco Liquidez origina-se quando há ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passíveis exigíveis (descasamentos), ou seja, entre obrigações a pagar e direitos a receber que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação.

O acompanhamento e controle do Risco Liquidez são essenciais para garantir que a solidez da Instituição seja mantida, bem como as políticas e estratégias sejam cumpridas.

## **Processo de Gerenciamento de Risco Liquidez**

As políticas do Banco Bonsucesso foram definidas considerando as características, formas e limites de atuação da instituição. O Bonsucesso é um banco focado, quanto aos ativos, em capital de giro para pequenas e médias empresas, compra de direitos creditórios e adquirência. Quanto ao passivo da instituição, este está focado na emissão de CDB's, CDI's e DPGE's. As operações de derivativos, na sua grande maioria, são criadas para hedge de outras operações.

As Políticas de Liquidez estabelecem o Caixa Mínimo e garantem que a instituição mantenha os níveis adequados de capitalização. Além dessas políticas, foi elaborado um Plano de Contingência que estabelece os procedimentos a serem adotados em caso de situações extremas.

As principais políticas e diretrizes do Banco Bonsucesso são:

- Focar nossa atuação nos segmentos que conhecemos e para os quais possuímos expertise.
- Garantir, sempre que possível, a compatibilidade entre os prazos dos ativos e dos passivos.
- Manter o colchão de liquidez conforme o limite estabelecido na Política de Liquidez.
- Manutenção dos níveis adequados de capitalização.

O Comitê de Gestão da Liquidez, Capital e Risco é o responsável por definir a política de liquidez bem como alterações e ajustes desta política, sempre que julgar necessário. O processo consiste em reuniões mensais, onde é avaliado o ambiente de negócios, o comportamento das carteiras de ativos e passivos, os possíveis descasamentos, o nível de liquidez atual e o esperado para os próximos meses, considerando os volumes de novas operações de crédito, de resgates, de captações, de despesas, de taxas, dentre outros.

Constatando-se variações relevantes ou deficiência da política vigente, o Comitê define os ajustes necessários para garantir o nível de liquidez que julga adequado para a instituição.

## **Comunicação Interna**

A comunicação interna ocorre através de relatórios diários de acompanhamento de liquidez enviados as áreas responsáveis e de relatórios gerenciais mensais enviados ao Comitê de Gestão da Liquidez, Capital e Risco.

Nos Relatórios diários são controlados os fluxos de caixa para curto prazo e a situação atual de liquidez além do acompanhamento do caixa mínimo, comparando a reserva atual com caixa mínimo determinado nas Políticas de Liquidez.

Nos Relatórios de Risco de Liquidez mensais são tratados os fluxos de caixa e os descasamentos, contingências, avaliados os ativos e passivos separadamente por liquidez e condição de resgate, assim como principais entradas e saídas de caixa.

No Comitê são deliberadas as ações a serem realizadas conforme a situação liquidez do momento avaliado.

## **7. RISCO OPERACIONAL**

O Risco Operacional é definido como a chance de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

## **Processo de Gerenciamento de Risco Operacional**

A Organização adota a Gestão de Risco Operacional como sendo um processo de quatro estágios, compreendendo as seguintes fases e atividades:

1. Identificação;
2. Avaliação;
3. Gerenciamento;
4. Monitoramento e Reporte.

Cada elemento é um elo vital na corrente e deve ser implementado corretamente para tornar todo o processo eficiente.

A Gestão de Risco Operacional está focada em apoiar a organização a atingir seus objetivos estratégicos de negócios, ampliando a consistência entre estes objetivos e sua concretização no dia-a-dia.

O Gerenciamento de Risco Operacional ocorre através da estrutura funcional de risco (funções e atividades da Gerência de Riscos), do apetite do Grupo a risco e através dos mecanismos de tomada de decisões oportunas e em tempo hábil (escalonamento, retenção ou transferência de riscos, dentre outros).

A Gestão de Risco Operacional da organização tem como objetivos:

- Estabelecer um amplo entendimento e alto grau de conscientização de seus funcionários com relação às ameaças advindas de riscos operacionais que permeiam a atividade bancária;
- Assegurar o estabelecimento e a manutenção de condições apropriadas para a gestão do risco operacional;
- Monitorar a ocorrência de eventos que possam afetar negativamente a imagem da Organização;
- Assegurar ampla transparência de informações para os investidores e para o mercado em geral através de relatórios regulares;
- Cumprir satisfatoriamente com as regulamentações do Banco Central do Brasil;
- Garantir a implementação do processo de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais do Grupo Bonsucesso;
- Assegurar que as perdas operacionais sejam devidamente localizadas, identificadas e classificadas, de modo que haja reporte regular, tabulação e validação das causas da materialização dos eventos de Risco Operacional;
- Determinar políticas e metodologias de gestão de Risco Operacional
- Disseminar a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco por todos os níveis da organização, com o objetivo de possibilitar um gerenciamento eficiente da Organização.

## **Comunicação Interna**

A comunicação interna tem como objetivo garantir a todos os níveis da Organização, que a informação será usada de forma adequada e eficiente para a análise, acompanhamento e suporte à tomada de decisão.

A área de Gerenciamento de Risco Operacional divulga, de acordo com o prévio planejamento, relatórios que abordam as apresentações de auditorias de risco operacional, eventos de perdas e ações mitigadoras.

Anualmente é apresentado a Diretoria Executiva o relatório anual de risco operacional com as melhorias em processos, principais ações mitigadoras, consolidadores de perdas e resumo das auditorias de risco operacional realizadas no período. O relatório deve ser aprovado pela Presidência e Vice-Presidência.

## **Análise de Risco Operacional**

A área de Gerenciamento de Risco Operacional é responsável pela identificação e classificação de perdas relativas à Risco Operacional, inclusive os riscos de Crédito e Mercado que tenham como fator gerador o Risco Operacional. Todas as informações referentes a esta área são reportadas à Diretoria Executiva.

A captura das perdas operacionais é de responsabilidade de todos os funcionários da organização, em especial dos Gestores.

## **Gerenciamento de Continuidade de Negócios**

O Banco Bonsucesso estabeleceu a Gestão da Continuidade do Negócio com o objetivo de:

- Minimizar ou mitigar a interrupção das atividades do negócio do Grupo Bonsucesso em caso de falhas ou desastres significativos;

- Proteger os processos críticos contra efeitos de falhas ou desastres significativos, e assegurar a sua retomada em tempo hábil, se for o caso;
- Atender às expectativas de clientes e partes interessadas do Grupo Bonsucesso, pronunciando uma capacidade provada para administrar uma interrupção de negócios e proteger a sua reputação.

A metodologia da Gestão de Continuidade dos Negócios utilizada é baseada na Norma ABNT NBR 15999-1, cujo ciclo de vida compreende os seguintes elementos:

1. Gestão do Programa de GCN;
2. Entendendo a organização – relatório de análise de impacto nos negócios e identificação dos produtos e serviços considerados críticos que necessitem de um plano de continuidade de negócios.
3. Determinando a estratégia – definição da estratégia que permite que uma resposta apropriada seja escolhida para cada produto ou serviço, de modo que o Banco Bonsucesso possa continuar fornecendo seus produtos em um nível de operações aceitável, e em uma quantidade de tempo aceitável.
4. Desenvolvendo e implementando uma resposta de GCN – desenvolvimento dos planos de continuidade do negócio.
5. Testando, mantendo e analisando criticamente os preparativos do GCN – testar e identificar oportunidades de melhoria.
6. Incluindo a GCN na cultura da organização – campanha de conscientização.

O Banco Bonsucesso conta com um Data Center alternativo para atender ao Plano de Continuidade dos Negócios.

## **8. Risco Socioambiental**

Conforme resolução nº 4.327, define-se Risco Socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. O risco socioambiental deve ser identificado como um componente das diversas modalidades de risco a que as instituições financeiras estão expostas.

Para este risco, consideram-se as partes envolvidas descritas abaixo:



- Comunidade Interna: funcionários da organização e colaboradores terceirizados;
- Comunidade externa: fornecedores e parceiros da organização;
- Clientes: consumidores dos produtos e serviços oferecidos pelo Grupo Bonsucesso.

## **Processo de Gerenciamento do Risco Socioambiental**

A organização com o intuito de estabelecer gerenciamento eficiente do Risco Socioambiental, adota os pontos básicos contemplados na Resolução nº 4.327, conforme descrito abaixo:

- I. Rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da instituição;
- II. Registro de dados referentes à perdas efetivas em função de danos socioambientais;
- III. Avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e
- IV. Procedimentos para adequação do gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

Além disso, a instituição possui aspectos sociais e ambientais, os quais já considera proibidos ou restritos.

A gestão do risco socioambiental tem como objetivos:

- Estabelecer amplo entendimento e grau de conscientização das partes envolvidas em relação aos riscos socioambientais;
- Assegurar o estabelecimento e a manutenção de condições apropriadas para a gestão do risco socioambiental no Banco Bonsucesso;
- Promover o relacionamento ético e transparente entre o Banco Bonsucesso e suas partes interessadas, para que assim seja possível construir e manter relações pautadas na confiança, visando parcerias de longo prazo;
- Promover medidas internas de incentivo à redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada dos resíduos, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;
- Minimizar a ocorrência de eventos relacionados ao risco socioambiental que possam afetar negativamente as finanças e a imagem do Banco Bonsucesso;

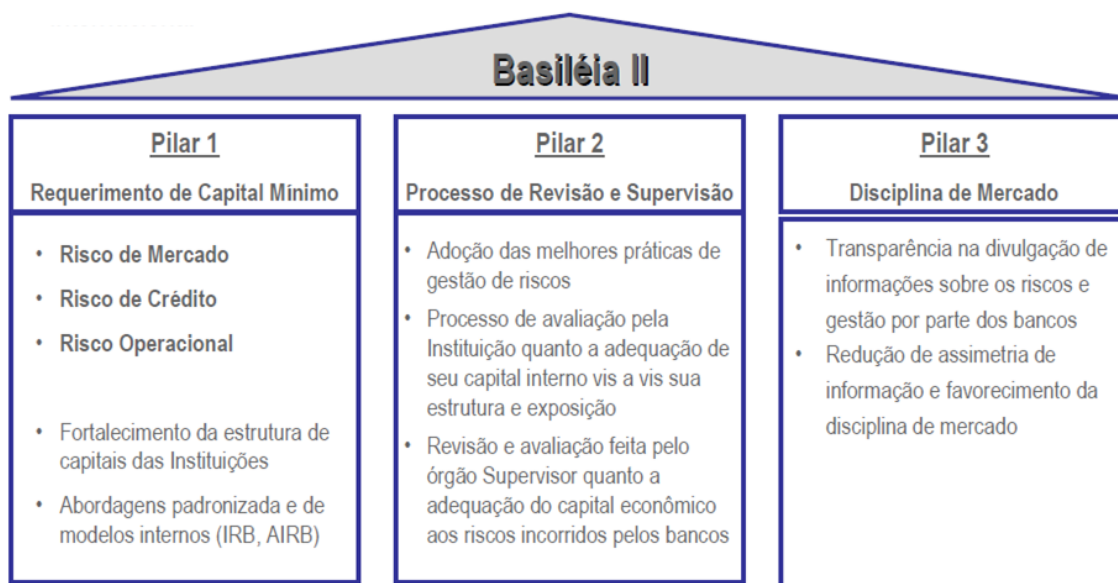
- Analisar os riscos e as necessidades de adequação dos procedimentos caso a instituição planeje entrar em novos negócios ou introduzir novos produtos;
- Avaliar e monitorar as perdas registradas associadas ao risco socioambiental;
- Cumprir satisfatoriamente com as regulamentações do Banco Central do Brasil.

## **8. NOVO ACORDO DE CAPITAL DE BASILEIA**

### **Acordo Basileia II**

No decorrer das décadas de 80 e 90 observou-se uma progressiva inovação e complexidade dos instrumentos financeiros gerando assim, significativo aumento no fluxo de capitais mundial, e conseqüentemente um aumento nos riscos inerentes a este tipo de operação. As constantes instabilidades econômicas e o risco sistêmico inerentes da globalização tornaram necessária a intervenção dos Estados para regulação de seus sistemas financeiros. Desta forma, foi criado em 1988 o acordo regulatório internacional, O Acordo de Basileia I, estabelecendo um padrão uniforme para apuração do capital regulatório mínimo requerido aos bancos. O Acordo de Basileia I teve como objetivo a adequação dos riscos de crédito e de mercado como também a comparação de resultados entre as instituições financeiras.

Após regulamentar a estrutura das instituições financeiras, era necessário mensurar e mitigar os riscos, ou seja, adotar práticas de gestão da carteira das instituições, as quais seriam supervisionadas pelo órgão supervisor responsável quanto a adequação do capital econômico. Em junho de 2004 o BIS (Bank for International Settlements) publicou o documento “International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards”, após uma longa discussão com o setor financeiro. Além dos riscos já mensurados no primeiro Acordo – crédito e mercado – o capital regulamentar para riscos operacionais também comporia a ponderação dos ativos para efeito de cálculo de capital regulamentar. Embora o Novo Acordo esteja voltado para as instituições com atuação global, espera-se que o sistema financeiro internacional o adote independente se a instituição atua nacional ou internacionalmente. Esse documento ficou conhecido como Basileia II, o qual estrutura-se em três pilares:



Fonte: ANBIMA

O Pilar 1 continuou baseado na mensuração dos riscos de mercado e crédito, implantando também a exigência de capital para o risco operacional. Outro ponto importante foi a permissão da utilização de modelos internos para mensuração dos riscos com o objetivo de melhorar a mensuração das exposições das instituições financeiras.

O Pilar 2 estabelece metodologias de gestão de riscos e supervisão bancária, ou seja, a avaliação de como os bancos estão se adequando às necessidades de capital frente aos riscos incorridos.

O Pilar 3 tem por objetivo “reforçar a regulação do capital e outros esforços fiscalizadores na promoção de segurança e solidez aos bancos e sistemas financeiros. Divulgações significativas dos bancos informam aos participantes do mercado, facilitando uma efetiva disciplina de mercado” (BIS). Desta forma, o foco do terceiro pilar é a transparência das instituições e a disciplina de mercado.

## **Basileia III**

Com a crise financeira e bancária de 2008 em junho de 2011 o BIS (Bank for International Settlements) publicou o documento “Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems - revised”, com as diretrizes da Basileia III. Focando em criar um sistema bancário forte e

resiliente como base de um desenvolvimento econômico sustentável, o Comitê de Basileia cria uma série de elementos na estrutura de capital que objetivam conter riscos sistêmicos.

As novas regras visam melhorar a capacidade do setor bancário para absorver choques decorrentes de cenários adversos no setor financeiro e econômico, com aumento tanto da qualidade do capital (criando uma base de capital de alta qualidade) como da quantidade de capital regulamentar. Também restringe o excesso de alavancagem além de aprimorar práticas de gestão e governança de riscos.

## **Basileia no Brasil**

A implementação do acordo de Basileia I no Brasil iniciou-se em 1994. Segundo o Banco Central do Brasil, o objetivo principal da adesão ao acordo seria a melhoria das práticas de gestão de risco no país, adequando-o à legislação e ao mercado nacional.

Em 2004 o Banco Central do Brasil determinou no Comunicado 19.028/2009 a utilização do acordo de Basileia II, tendo as instituições financeiras o papel de se adequarem ao novo processo.

A intervenção do Banco Central do Brasil para a adoção do Basileia II no Brasil fortaleceu o sistema financeiro nacional, possibilitando maior robustez e transmitindo confiabilidade ao mercado externo e interno no sistema bancário brasileiro. A luz desta intervenção as instituições financeiras, que inicialmente apenas cumpriam as obrigações legais, passaram a utilizar os relatórios e ferramentas como instrumentos de controle e conhecimento da sua carteira, possibilitando um crescimento sustentável e maior gestão bancária, evitando, dessa forma, a descontinuidade das instituições por fraudes, grandes perdas e altas exposições.

Entre Março e Outubro de 2013, o Banco Central do Brasil deu início à implantação das recomendações de Basileia III, com a divulgação de um conjunto de resoluções e circulares. As alterações promovidas pelo Banco Central do Brasil seguem os padrões estabelecidos pelo Comitê de Basileia e têm como principal objetivo e criar um sistema financeiro mais resiliente, através de um aumento e melhoria da qualidade do capital e criação de um colchão de capital para serem aplicados em período de estresse, e também com as recomendações de melhores práticas na gestão dos riscos, na divulgação além de definições de padrões de supervisão de informações mais rigorosos. . A nova estrutura de capital ficou assim definida:

Nível I: consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar;

Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a limitações prudenciais.

Através da Resolução CMN nº 4.193/13, o Banco Central do Brasil determina que as instituições financeiras devam manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos pela resolução. Para realizar o cálculo dos requerimentos mínimos, a instituição deve apurar o montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), em substituição ao anterior PRE (Patrimônio de Referência Exigido) da Basileia II.

O RWA é calculado da seguinte forma:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD}$$

Onde:

- $RWA_{CPAD}$  = relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
- $RWA_{MPAD}$  = relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
- $RWA_{OPAD}$  = relativa às exposições ao risco operacional sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

Onde o  $RWA_{MPAD}$  é composto por:

- $RWA_{JUR1}$  = relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real;
- $RWA_{JUR2}$  = relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- $RWA_{JUR3}$  = relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços;
- $RWA_{JUR4}$  = relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de taxas de juros;
- $RWA_{ACS}$  = relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações;
- $RWA_{COM}$  = relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (commodities);

- $RWA_{CAM}$  = relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.

## **Novo Acordo de Capital no Banco Bonsucesso**

O Banco Bonsucesso reconhece a importância do gerenciamento de riscos na instituição, já que é a partir deste gerenciamento que a solidez da instituição é apresentada. Desta forma, o acordo de Basileia III fortaleceu a importância de gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez.

Concomitantemente com a geração dos documentos regulatórios ao Banco Central do Brasil, realizados pela Gerência de Riscos, são realizadas análises dos riscos aplicáveis à visão desejada. Entre as atividades realizadas pelo Banco Bonsucesso pode-se citar:

- Criação de uma estrutura de gerenciamento de risco;
- Avaliação da exposição dos produtos e possíveis hedges;
- Análises de evolução do Basileia e gráficos comparativos;
- Projeção do índice Basileia;
- Planos de contingência para cenários de *stress*;
- Análise das melhores metodologias para cálculo do risco operacional.

Todas as informações referentes à gestão de riscos são direcionadas e avaliadas pelos comitês responsáveis, os quais as utilizam na definição do plano estratégico além de auxiliar nas tomadas de decisões das mesas de negócios.

## **Gestão do Capital**

### **Processo de Adequação do Patrimônio de Referência**

A gestão de capital no Banco Bonsucesso é integrada com o ambiente econômico e comercial em que atua, tendo como foco principal o alcance dos objetivos estratégicos da instituição. A gestão de riscos financeiros da instituição reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. Desta forma,

garante-se uma base sólida de capital para atender os requerimentos obrigatórios de capital, o desenvolvimento do banco e assegurar os riscos assumidos. A Gerência de Riscos do Banco Bonsucesso está subordinada a Diretoria Executiva de Finanças e Riscos.

Para o cálculo do Risco Operacional o Banco Bonsucesso definiu, em consonância com a Resolução CMN n°. 3.380/06, a adoção da abordagem padronizada alternativa simplificada para efeito de apuração dos ativos ponderados pelo risco (RWA) exigido para risco operacional ( $RWA_{OPAD}$ ).

Além das parcelas acima mencionadas, as instituições também devem alocar PR para as operações não classificadas na carteira de negociação (*Banking*), sendo denominado este risco de *Risk Banking*. A metodologia adotada no Banco Bonsucesso para tal mensuração é o modelo Paramétrico o qual segue uma distribuição normal.

### **Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR)**

Apresenta-se a seguir o detalhamento das informações trimestrais relativas ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro.

*Instituição Financeira Individual*

Descrição	<i>R\$ mil</i>			
	Dezembro/2016	Setembro/2016	Junho/2016	Março/2016
<b>Patrimônio de Referência Total - PR</b>	<b>302.710</b>	<b>361.694</b>	<b>360.912</b>	<b>348.608</b>
<b>Patrimônio de Referência - Nível I</b>	<b>182.435</b>	<b>232.193</b>	<b>231.411</b>	<b>219.108</b>
Capital Principal - CP	182.435	232.193	231.411	219.108
Capital Social	300.000	300.000	300.000	300.000
Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	189.923	170.421	170.421	170.421
Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	135	-	-
Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-	-
Sobras ou Lucros Acumulados	-	19.170	26.830	-
Contas de Resultado Credoras	-	215.790	-	215.467
Depósito Para Suficiência de Capital	-	-	-	-
Ajustes Positivos ao Valor de Mercado de Derivativos	-	-	-	-
Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	-	-	-	-
Excesso De Capital Principal Ajustado em Relação ao Capital Social	-	-	-	-
Deduções do Capital Principal Exceto Ajustes Prudenciais	(211)	(204.789)	(291)	(198.693)
Perdas não realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(211)	-	(291)	(195)
Contas de Resultado Devedoras	-	(204.789)	-	(198.498)
Ajustes Prudenciais Exceto Participações Não Consolidadas e Crédito Tributário	(15.479)	(14.364)	(12.727)	(12.743)
Prudencial IV - Investimentos Inferiores	-	-	-	-
Ajustes Prudenciais V e VII - Créditos Tributários de Diferença Temporária e Investimentos Superiores em Assemelhadas	(291.799)	(254.169)	(252.822)	(255.345)
Capital Complementar - CC	-	-	-	-
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	-	-	-	-
Ações em tesouraria a serem deduzidas do capital complementar	-	-	-	-
Participações de não controladores	-	-	-	-
Excesso de dedução de investimento em outras entidades no Nível II	-	-	-	-
Investimento em Outras Entidades Deduzido do Capital Complementar	-	-	-	-
<b>Patrimônio de Referência - Nível II</b>	<b>120.275</b>	<b>129.501</b>	<b>129.501</b>	<b>129.501</b>
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	120.275	129.501	129.501	129.501
Diferença Entre Valor Provisionado e Perda Esperada na Abordagem IRB Limitada a 0,6% do RWACIRB	-	-	-	-
Ações em Tesouraria a serem deduzidas do nível II	-	-	-	-
Participações de Não Controladores no Nível II	-	-	-	-
Investimento em Outras Entidades Deduzido do Nível II	-	-	-	-

**Detalhamento dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)**

A seguir, apresenta-se a evolução da alocação de capital:



**Instituição Financeira Individual**

		<i>R\$ mil</i>			
Descrição		Dezembro/2016	Setembro/2016	Junho/2016	Março/2016
Ativos Ponderados por Risco (RWA)		2.177.466	2.126.693	1.926.269	2.120.841
Risco de Crédito (RWAcpad)		1.204.756	1.083.910	992.481	1.129.573
Risco de Mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWAcom)		440.012	510.085	432.215	489.695
Taxa de Juros	RWAjur1	82.684	110.382	76.466	132.051
	RWAjur2	80.597	104.735	90.744	75.261
	RWAjur3	73.033	81.826	65.823	71.808
	RWAjur4	34.765	33.665	26.147	38.268
Ações	RWAacs	45.519	43.411	32.506	38.522
Commodities	RWAcom	17.377	16.832	13.073	19.139
Cambial	RWAcam	106.037	119.234	127.455	114.647
Risco Operacional (RWAopad)		532.698	532.698	501.573	501.573

Em Dezembro de 2016, o Banco Bonsucesso fechou o trimestre com um Patrimônio de Referência Exigido (PRE) de R\$ 2.177 milhões.

**Acompanhamento do Índice de Basileia e Margem**

De acordo com a Resolução CMN n°. 4.193/13, o requerimento mínimo de PR corresponde à aplicação do Fator “F” ao montante de RWA, sendo “F” igual a:

- I – 11%, de 1º de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2015;
- II - 9,875% de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016;
- III - 9,25% de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017;
- IV - 8,625%, de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018;
- V - 8%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Logo, o cálculo do requerimento mínimo ou Índice de Basileia, obedece ao seguinte cálculo:

$$IB = \frac{PR}{(F \times RWA)}$$

Onde:

PR = Patrimônio de Referência.

F = fator determinado pelo BACEN e aplicável ao RWA;

RWA = RWA<sub>MPAD</sub> + RWA<sub>OPAD</sub> + RWA<sub>MPAD</sub>;

O índice Basileia para o Banco Bonsucesso encontra-se nos limites determinados pelo Banco Central do Brasil. Além disso, a Margem de Capital apresenta-se com valores que proporcionam conforto à instituição em relação à alavancagem.

O cálculo da Margem é:

$$\text{MARGEM} = \text{PR} - \text{RWA} - \text{R}_{\text{BAN}}$$

Onde:

PR = Patrimônio de Referência.

RWA = Ativos Ponderados pelo Risco.

$\text{R}_{\text{BAN}}$  = Risk Banking

Abaixo, seguem os dados referentes ao Índice Basileia, Índice Nível I, Índice Capital Principal e a Margem.

*Instituição Financeira Individual*

	<i>R\$ mil</i>			
Descrição	Dezembro/2016	Setembro/2016	Junho/2016	Março/2016
Patrimônio de Referência - PR	302.710	361.693	360.912	348.608
Patrimônio de Referência - Nível I (i)	182.435	232.193	231.411	219.108
Capital Principal - CP	182.435	232.193	231.411	219.108
Capital Complementar - CC	-	-	-	-
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.177.466	2.126.693	1.926.269	2.120.841
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	215.025	210.011	190.219	209.433
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN	219.652	213.932	193.831	219.129
<b>Indicador de Basileia III</b>	<b>13,90%</b>	<b>17,01%</b>	<b>18,74%</b>	<b>16,44%</b>
<b>Índice Capital Principal</b>	<b>8,38%</b>	<b>10,92%</b>	<b>12,01%</b>	<b>10,33%</b>
<b>Índice Nível I</b>	<b>8,38%</b>	<b>10,92%</b>	<b>12,01%</b>	<b>10,33%</b>

Considerando os valores apurados em 31 de Dezembro de 2016, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao Patrimônio de Referência Exigido) de 13,90% que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido é de 9,875%. Para os Índices de Nível I e Capital Principal o indicador ficou em 8,38%, ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora (6% e 4,5% respectivamente). Desta forma, a exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento do Banco Bonsucesso S.A. encontra-se em conformidade com a regulamentação do órgão supervisor e com as melhores práticas de mercado.

### **Acompanhamento do Adicional de Capital Principal**

A partir de Janeiro de 2016, entrou em vigor a exigibilidade do Adicional de Capital Principal (ACP) que corresponde à soma das parcelas descritas abaixo:

- I. ACP<sub>conservação</sub>, correspondente ao Adicional de Capital de Conservação de Capital Principal;
- II. ACP<sub>contracíclico</sub>, correspondente ao Adicional Contracíclico de Capital Principal; e
- III. ACP<sub>sistêmico</sub>, correspondente ao Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal.

O valor detalhado destas parcelas é apresentado à seguir:

#### ***Adicional de Capital Principal Total (ACP Total)***

	<i>R\$ mil</i>		
<b>Valor requerido de Adicional de Capital Principal</b>	<b>Dezembro/2016</b>	<b>Setembro/2016</b>	<b>Junho/2016</b>
de Conservação	13.609	13.292	12.039
Contracíclico	-	-	12.039
de Importância Sistêmica	-	-	-

Para o cálculo da parcela de Adicional de Capital Contracíclico, o BACEN estabelece a metodologia de apuração através da Circular 3.769/2015, para que as instituições que não optarem pela prerrogativa de utilizar o percentual máximo previsto na resolução 4.193/2013, apresentem o detalhamento da apuração deste adicional.

A partir de Setembro de 2016 o Banco Bonsucesso deixou de optar pelo percentual máximo (0,625% sobre o RWA) e passou a utilizar-se do detalhamento e utilização do percentual de ACP Contracíclico Brasil, conforme demonstrado abaixo:

#### ***Adicional de Capital Principal Total (ACP Total)***

	<i>R\$ mil</i>		
<b>Data Base</b>	<b>Jurisdição</b>	<b>RWACPrNBi</b>	<b>ACCP</b>
Setembro/2016	Brasil	582.942	0%
Dezembro/2016	Brasil	656.066	0%

Onde;

- RWACPrNBi: corresponde à parcela do montante do RWA relativa às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário assumidas em cada jurisdição;
- ACCP: valor para o percentual do adicional de capital contracíclico de capital em cada jurisdição.

## Acompanhamento da Razão de Alavancagem

Uma das principais novidades de Basileia III, o índice denominado razão de alavancagem foi introduzido com vistas a restringir a alavancagem excessiva dos bancos – e, portanto, os potenciais efeitos negativos que um processo de desalavancagem poderia acarretar para o sistema financeiro. Seu objetivo é reforçar os requerimentos de capital tradicionais, baseados numa medida ponderada pelo risco, através de uma medida simples, sem ponderação, que servisse como um limiar para operação das instituições bancárias.

A justificativa para a adição desse novo limite sem ponderação está relacionada ao fato de que, no período pré-crise, diversas instituições apresentaram níveis de capital regulamentar considerados sólidos, com folga em relação à exigência de Basileia II, porém níveis de alavancagem excessivos que acabaram por requerer um processo agudo de desalavancagem no momento mais severo da crise, contribuindo para a espiral negativa de preços dos ativos.

Dito isso, vamos ao índice:

$$\text{Índice de Alavancagem} = \frac{\text{Medida de Capital}}{\text{Medida de Exposição}}$$

**Quadro 2: Fórmula do Índice de Alavancagem**  
Fonte: BIS (2014, p.1)

Sendo que a Medida de Capital é o Capital Nível I.

E a Medida de Exposição: I - a aplicação de recursos financeiros em bens e direitos e o gasto ou a despesa registrados no ativo; II - os adiantamentos concedidos não registrados no ativo; III - o valor de referência ajustado nas operações com derivativos de crédito e o ganho potencial futuro nas operações com instrumentos financeiros derivativos; IV - o valor referente ao risco de crédito da contraparte em operações compromissadas e em empréstimos de títulos e valores mobiliários; V - o limite de crédito; VI - o crédito a liberar; e VII - a prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros; Deduzidos das provisões e rendas a apropriar.

Atualmente o Banco Central não definiu um limite, mas segundo o BIS (Bank for International Settlements) o limite mínimo é de 3%.

Abaixo, segue o índice de alavancagem do Banco Bonsucesso S.A.

***Instituição Financeira Individual***

	<i>R\$ mil</i>			
Descrição	Dezembro/2016	Setembro/2016	Junho/2016	Março/2016
Medida de Capital	182.435	232.193	231.411	219.108
Medida de Exposição	2.085.579	2.281.935	2.231.895	2.749.088
<b>Índice de Razão de Alavancagem</b>	<b>8,75%</b>	<b>10,18%</b>	<b>10,37%</b>	<b>7,97%</b>